

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Henrique Cunha

A INVESTIGAÇÃO DE REGIMES POLÍTICOS INFLUENCIADOS PELA
LAICIDADE BRASILEIRA REPRESENTATIVA

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar
em Ciências Humanas, da Universidade Federal de
Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção
do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de
Curso). Orientador: **Humberto Araujo Quaglio de
Souza**

Juiz de Fora

A INVESTIGAÇÃO DE REGIMES POLÍTICOS INFLUENCIADOS PELA LAICIDADE BRASILEIRA REPRESENTATIVA

Henrique Cunha¹

RESUMO

Este tópico apresenta ao leitor uma pesquisa que desenvolverá conceitos característicos de uma fase na modernidade, em que a sociedade brasileira passa a se organizar em forma de estado. Unindo em um texto conhecimentos de diferentes campos das ciências humanas como religião e política, o artigo passará pelo tópico revisão de literatura, para que se possa levar ao público o significado dos termos relacionados. Então conceder representações acadêmicas sobre catolicismo, laicidade brasileira e regimes políticos existentes no estado brasileiro passa a ser parte de um caminho que nos fará levantar a dúvida se a laicidade em seu contexto brasileiro poderia ter contribuído para a existência de valores sociais atribuídos a ditadura militar brasileira? Essa problematização nós conduz ao objetivo de provar uma possível relação de causa e consequência entre um estado laico representativo na república velha e o regime militar conservador.

Após definir o problema da pesquisa, a metodologia e outros elementos da parte introdutória do artigo, serão vistos tópicos que nos revelará conhecimentos sobre a formação do estado brasileiro, seguido da religião dos colonizadores. Logo após, no terceiro tópico poderá ser encontradas noções sobre os militares e a chamada revolução passiva. Não podemos deixar de falar sobre os elementos sociais e culturais que formam o nacionalismo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Estado brasileiro; militarismo; catolicismo; conservadorismo; laicidade brasileira

1 INTRODUÇÃO

Considerando a ideia de laicidade como um dos termos a ser explicado para desenvolver a hipótese a ser testada neste artigo, podemos entendê-la como um princípio determinado por um estado em não associar-se a uma certa religião ou colocar uma crença como a oficial de um país. Isso permite que indivíduos submetidos às leis desse estado tenham liberdade de consciência, expressão e crença, seja lá qual for ela, segundo a legislação, a carta constituinte e a lei de diretrizes e bases. A discussão dos deveres e direitos entre estado e indivíduo é bastante retratada por pesquisadores que falam sobre a formação dos primeiros governos centralizados como as monarquias absolutistas, ou também pelos filósofos contratualistas. Em seu contexto brasileiro, a laicidade passa pela modificação de se tornar flexível admitindo o reconhecimento do fato religioso em alguns lugares da esfera pública e privada. Sendo dessa forma porque a existência do deus adorado pelo cristianismo sempre foi reafirmado pelo Estado português católico, o qual deu início a uma colônia que viria a se desenvolver e se transformar no Estado brasileiro, logo a população que se forma a partir de uma miscigenação de etnias carrega em suas gerações a fundamentação das tradições de fé dos colonizadores.

Já a respeito do conservadorismo no regime político ditatorial brasileiro, podemos considerá-lo uma noção condizente com as características do governo militar como, nacionalismo e principalmente moralismo, carregando consigo uma oposição à subversão valorizando a imagem da família e religião. O grupo político Ação Integralista Brasileira foi

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Humberto Araujo Quaglio de Souza.

um dos movimentos que ajudaram a consolidar esse princípio na política brasileira como um todo, dando origem ao slogan “Deus, pátria e família”.

Levaremos em conta no período histórico entre as décadas de 60 a 80 do século xx a forte influência dos militares nesse momento, sendo eles representantes do conservadorismo institucional propagado nas diferentes camadas da sociedade, assim como o objeto de pesquisa laicidade brasileira. Então esse trabalho indica uma lacuna criada pelos efeitos da colonização portuguesa, considerando uma proximidade do estado ao catolicismo uma consequência da época, em que essa era a religião oficial do império português, e relaciona essa brecha à falta de concepções sobre as bases do princípio ideológico do regime político militar.

A pergunta a ser feita para se delimitar a discussão que se forma nesse eixo de conhecimento formado pela política e religião, é se o conceito que determina a não associação do estado a uma crença, em seu contexto brasileiro de flexibilidade, pode ter contribuído para a existência da ditadura brasileira. A partir dessa suposição é que junto ao leitor iremos verificar se a separação representativa entre estado e igreja provocou o surgimento de lemas nacionalistas, como por exemplo “deus, pátria e família” usado por grupos apoiadores da ditadura.

Essa pesquisa justifica-se na medida em que pretende constituir um instrumento analítico para compreensão do papel que as forças militares brasileiras têm desempenhado na história da formação do Estado Brasileiro. Esse artigo sendo a ferramenta, fica disponível para ser usado pelo âmbito acadêmico como uma formulação representativa mais adequada sobre quais impactos sobre o corpo público administrativo brasileiro foram causados pela relação entre católicos e militares. Para isso é necessário explicar uma possível influência de heranças da colonização portuguesa (moralismo católico) sobre o conservadorismo presente na ditadura do Brasil. Tal análise sobre as instituições citadas no texto é o que nós permitirá ter uma noção mais fundamentada cientificamente sobre a repercussão da ideologia católica sobre o processo de montagem do Estado. Analisar como o conceito de laicidade brasileira pode ter influenciado na atuação política dos militares no período ditatorial brasileiro é o que considero objetivo deste artigo.

A forma como será desenvolvido o artigo contará com materiais de pesquisa bibliográfica sobre intelectuais das ciências humanas, para que possamos entender o panorama acerca da relação entre o catolicismo e militarismo por meio de obras escritas. Do mesmo modo que o exame de fontes nós apresentaremos características sobre o contexto de conservadorismo na ditadura militar do estado brasileiro. Esses métodos serão úteis para nós embasar sobre o trajeto da pesquisa a ser feita, para depois correlacionarmos de alguma forma com a moralidade religiosa católica herdada do império português.

Descrevendo a parte introdutória do texto, onde se encontram os tópicos que nos ajuda a entender a proposta discursiva partiremos em direção ao desenvolvimento. A partir de então, usando métodos como pesquisa bibliográfica, serão descritas informações sobre temas que delimitam o campo em análise, como formação do estado brasileiro, a religião dos colonizadores, revolução passiva e militares e nacionalismo. Trazidas ao público noções do contexto de identidade social e política brasileira, assim como a caracterização de grupos e atores sociais que participaram da formação nacional de nosso Estado, irá ser expresso a comparação entre o produto dessas personalidades e fatos sociais no tópico conservadorismo e moralismo religioso: o encontro de duas forças, para que se possa notar a possível relação de causa entre um resquício da laicidade representativa

(moralismo religioso) e um dispositivo da ditadura no Brasil (conservadorismo). E por último será apresentado a conclusão, chegando a uma resposta para a hipótese testada.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Formação do Estado brasileiro

A formação do que podemos considerar como o corpo sociopolítico brasileiro envolve considerações sobre alguns intelectuais do período imperial e também da regência, quando se retrata a fase monárquica da política no Brasil. Sobre o período regencial, por exemplo, existiam agentes públicos incluídos em uma ala ideológica conservadora, a qual estabelecia medidas de centralização sobre o domínio do país. Um de seus representantes foi Paulino José Soares de Sousa, O Visconde do Uruguai, este foi um dos indivíduos da oligarquia nascida da união entre famílias originadas por grandes comerciantes e latifundiários junto a bachareis ingressantes na política. Não é de se imaginar que não havia afeto e sentimentalidade nesses casamentos, mas de acordo com muitos autores já do século XXI como José Murilo de Carvalho (2002), certamente existia o objetivo de se restringir o poder institucional nas mãos da nobreza.

Em um primeiro momento havia três grupos que compunham o cenário partidário da época, os liberais moderados, os conservadores de direita e os progressistas de esquerda. Então o período regencial passa influência de acontecimentos históricos como a constituição de 1824 e o ato adicional em 1834, o que descentralizou o regime monárquico tornando mais autonomia às províncias quando aprovou-se o fechamento do conselho do estado por exemplo. Essas iniciativas viram motivo de uma rivalidade entre conservadores e liberais moderados quando entendidas junto da péssima administração institucional como causa das inúmeras revoltas, as quais iam na contramão do mantimento da unidade territorial do Brasil quando consumadas. Nesses embates ideológicos os conservadores voltam ao poder posteriormente, instaurando medidas de regresso, sendo elas as que iriam restabelecer a noção de centralidade limitando o poder nas mãos do poder moderador.

Dentre as inúmeras questões que culminaram na caracterização da nossa sociedade como fruto da miscigenação, os autores citados adotam preferência pela exposição da submissão da etnia preta ao sistema escravista utilizado como base dos inúmeros ciclos econômicos da então colônia portuguesa e depois já no Brasil Império. Esse povo explorado não era considerado pela corte ou pelos traficantes nos navios como humanos e sim apenas como mercadoria, isso sob a justificativa de ser feita uma missão civilizatória em inserir os escravos como base da organização social brasileira. Depois de três séculos e meio controlando os indivíduos do povo africano trazidos ao Brasil, a nobreza se viu pressionada pela tendência britânica em contrariar-se a escravidão e apoiar o trabalho assalariado. Isso não seria um problema para os barões do ciclo do café se eles não considerassem os ex escravos como imprestáveis no serviço agrícola Miranda (2021, p. 8), então a alternativa a essa questão é considerada o segundo evento principal causador dessa mistura de povos formando a sociedade brasileira, a imigração de europeus italianos e alemães principalmente. Estes foram a primeira principal mão de obra livre da economia nacional.

As interpretações sobre a formação nacional nos diz de uma certa assimilação entre a evolução da literatura e a evolução do país, seguindo uma linha de pensamento de que

parte da produção no âmbito intelectual é adotado pela sociedade de modo geral depois de um contato lento entre essas esferas. Quando em um momento de modernismo e desenvolvimento econômico na primeira metade do século XX muda-se a tendência de concepção da constituição da sociedade brasileira, a literatura de princípios católicos perde seu espaço para uma sociologia laicista e materialista. Marcos como a industrialização no governo de JK e a democratização posterior à era Vargas simbolizam o momento de transição entre uma sociedade dominada pela fundamentação social da corte e nobreza no império no final do século XIX para a presente no regime republicano adotada por uma conjuntura de sociólogos nacionais. Esses, considerados intérpretes do Brasil destacaram-se principalmente pela implementação de correntes ideológicas como liberalismo radical de classe média e marxismo de matriz comunista.

Expor vertentes intelectuais europeias que representam a organização da sociedade não significa que se possa colocá-las como o motivo de eventos ligados a política e sociedade brasileira dos anos de 1900, isso porque existem outros elementos a serem explicados além de conceitos na formulação de uma hipótese. O método fruto somente da explicação de termos ou da análise dos contextos históricos indicando uma possível causa e efeito pode se tornar anacrônico, com idealizações fora de tempo. Assim, desenvolvido o conceito e contexto de nascimento do marxismo comunista na segunda metade do séc XIX terá de ser visto se ele se encaixa em uma relação de continuidade ou ruptura quando usado para interpretar o pensamento social brasileiro posterior à monarquia. O problema descrito sobre a que se deve essa mudança de versão sobre a constituição social nacional, nos levará a entender a hipotetização apontada segundo Brandão (2005, p. 8),

Nessa
condição, não há como não confrontar leituras distintas do
pensamento político-social brasileiro, especialmente os
principais modelos de interpretação formulados nas
últimas décadas, ao mesmo tempo verificando em que
medida há continuidade ou ruptura entre as formulações
clássicas dos convencionalmente denominados
“intérpretes do Brasil” e o trabalho intelectual que vem
sendo produzido na universidade segundo os métodos de
investigação especializada

Ainda que esse tópico não tenha o enfoque em falar sobre a formação do que hoje podemos chamar de povo brasileiro, trazer informações da origem e diferença de suas classes nós dão a direção da ordem social, a qual pode explicar a consolidação de um estado antes monárquico e depois de 1889 republicano governado por elites. A chamada república velha se divide em duas, a das espadas governadas por militares e a oligarquica governada por grandes cafeicultores e pecuaristas do eixo São Paulo Minas Gerais. A partir de 1930 a unidade de poder brasileira passa a ser dominada por uma política populista, em que nos 15 anos de poder dividido em três fases houveram medidas de desenvolvimento da qualidade de vida da classe operária como a criação da CLT, ministérios do trabalho e educação. Em compensação também houveram medidas autoritárias como por exemplo o dissolvimento do congresso, sob a justificativa de romper com a estrutura da república velha. E a partir do ano de 1946, o Brasil se encontrava em um regime de democracias liberais, momento em que o surto de industrialização e

desenvolvimento na infraestrutura nacional no governo de Juscelino Kubitschek deve-se a diversas motivações e principalmente a influência norte americana sobre o estado brasileiro.

2.2 A religião dos colonizadores

A questão nesse tópico não se resume simplesmente em definir os colonizadores como católicos baseado na relação entre a monarquia portuguesa e o papa Alexandre III, relação que pode ser comprovada no episódio de reconhecimento do Estado português moderno pelo sacerdote. Na verdade essa é a parte em que é trazido ao texto os pilares desse reino ligados à teologia moral, para que possamos entender o caminho percorrido por essa vertente do cristianismo até ela chegar na América. Os poucos estudos sobre a presença de religiosos na política portuguesa do século XVI leva a comunidade acadêmica explicar a origem do império luso nas operações comerciais de navegadores financiadas pelas polítics, sendo que isso abordado de uma maneira mais completa é uma consequência da autorização papal por meio de uma bula permitindo a exploração de territórios e escravizar as populações não cristãs. Essa parte sobre colonização de outros continentes é mais estudada no contexto da história do Estado espanhol e francês sendo em Portugal um pouco escondida pelo regime ditatorial de Salazar já no século XX.

A partir da análise bibliográfica de um artigo, Marcocci (2019), pode-se entender que essa participação de representantes do catolicismo no Estado luso moderno deve-se a reformulação da imagem sobre a relação entre igreja e política, sendo essa aproximação antes retratada de forma irônica no livro do poeta Gil Vicente *Auto da Lusitânia*. A equivalência de características dessa junção à figura do demônio incomodou a corte portuguesa, a qual passou a abrir espaço para a formação de mesas de debate, como a mesa da consciência. Existe uma diferenciação a ser feita nesse contexto entre consciência e conscientização, estando sobre a personalidade do povo de Portugal somente a primeira. A primeira palavra simboliza o entendimento de se considerar um católico e se responsabilizar pela missão de conversão dos indivíduos de outras civilizações não cristãs, já a conscientização seria adquirir um senso crítico do envolvimento da própria religião com a política, de forma que se julgue válido ou inválido as interferências da crença no poder de deus sobre o governo português.

Agora falando mais especificamente sobre as expedições para a captação de recursos, dominação de territórios nas costas africanas e americanas e das rotas marítimas, e quando entra a autorização papal. Isso ocorreu três séculos depois de a maior autoridade da igreja reconhecer a monarquia portuguesa, e dessa mesma maneira foi reconhecido o direito à exploração e também o de escravizar os não cristãos. Essa liberação era uma tentativa do poder católico em conciliar os interesses potências europeias, para que não houvesse guerras entre elas para definir quem ficaria com os territórios onde seriam retirados metais preciosos, matérias primas e outros produtos.

Em um momento próximo à 1525 já havia um contato muito forte entre religião e política, a ponto de assuntos levantados pelos teólogos estarem até mesmo nas pautas dos conselheiros da corte. É importante lembrar que existiu um período no século XVI em que Portugal foi unificado a Espanha por não haver herdeiros de Dom Sebastião no ano de 1578. Assim, quando houve a restauração da independência em 1640 a relação do império português com a religião estava desfeita, ao mesmo tempo em que o catolicismo

já demonstrava marcas de sua chegada às américas por meio da evangelização dos indígenas. Essa forma de conversão foi feita por uma ordem católica que fazia parte da companhia de Jesus, essa ordem era um subgrupo criado para “conquistar a alma” dos indígenas chamado Jesuítas, isso enquanto a metrópole mandava soldados para conquistar a terra. Então ligando o conteúdo exposto nesse tópico sobre a moral católica imperial, podemos colocar o princípio da conversão como um elemento causador da presença das literaturas baseadas em ensinamentos cristãos dos intelectuais do final do século XIX. Esses aprendizados seriam passados de maneira hereditária sobre a etnia que estivesse se adaptando a uma doutrina imposta pela outra, confirmando a narrativa considerada por (RODRIGUES, 1894), ainda que esse artigo não compactue com a posição de defender essa imposição justificando na consideração dos indígenas e demais povos aniquilados como primitivos ou selvagens.

2.3 Revolução passiva e militares

O surgimento da ditadura brasileira de 1964 contou principalmente com leis para reafirmar o controle militar sobre a população, podendo usar como exemplo a lei da imprensa e a lei da segurança nacional em 1967. Isso na visão dos militares eram jogadas na busca pela vitória do jogo em que seu adversário era a ameaça comunista. A criação dessa legislação contava também com a implementação de uma nova constituição para inserir nas estruturas políticas e sociais os valores aceitos pelo Estado autoritário brasileiro. A questão de segurança da nacionalidade por exemplo possibilitou a criação dos departamentos de inteligência usados para investigar e reprimir movimentos que criticassem e se unissem a ideais opostos aos defendidos pelos conservadores, entendendo esse grupo a princípio como pessoas que preservam uma ética religiosa.

A expressão revolução passiva é um termo necessário para simbolizar as reformas sobre a economia, política e a moralidade do país na época, sendo isso feito pela elite em conjunto com os políticos. Essa medida ignorava completamente a opinião popular, isso pois ela não compartilhava com os bons costumes e hábitos entendidos pela conjuntura de governantes do momento. Então um trabalhador, seja ele jornalista, professor, bancário ou outros poderiam se beneficiar de criações dessas reformas como por exemplo o FGTS, desde que estivesse de acordo com os princípios legitimados pelo governo. No próprio ato institucional II usa-se a palavra “revolução” não somente para nomear um processo jurídico, mas também para reafirmar sua autonomia em relação à constituição anterior. Qualquer um que trama-se contra a soberania nacional a partir do AI II poderia ser apreendido, ter livros confiscados, além de ter sua vida investigada com fundamento em decisões de juízes baseados na lei nº 5250 de 09/02/1967.

Assim como no estado novo português, na ditadura civil-militar do Brasil o que se imaginava ser a importância da mulher estava abaixo do que se imaginava ser a do homem, isso embora não seja comprovado a existência da inspiração de um Estado pelo outro. Se era atribuída à imagem masculina a possibilidade de participação na política e a obrigação de ser responsável pelo posto de provedor da casa, as mulheres ficavam restritas à tarefa de cuidar dos filhos e realizar o trabalho doméstico. Toda essa atribuição de papéis sociais eram determinações não diretamente da constituição mas da ética aceita por grupos e pessoas que defendiam a tradição de divisão sexual do trabalho, a qual fazia parte dos valores morais cristãos. O cristianismo católico era parâmetro também para definir a representação de família, entendendo-a como um filho gerado pelo

casamento de um homem e uma mulher. O cantor Caetano Veloso na música “alegria,alegria” ironizava esse padrão de família preso à comunhão do casamento de um modo extremamente sutil para não ser censurado e caçado.

Ela pensa em casamento
E eu nunca mais fui à escola
Sem lenço, sem documento
Eu vou
Eu tomo uma coca-cola
Ela pensa em casamento
E uma canção me consola
Eu vou
Por entre fotos e nomes
Sem livros e sem fuzil
Sem fome, sem telefone
No coração do Brasil

Percebe-se que a presença da religião no período político retratado está tanto nas instituições da sociedade de modo geral, quanto no discurso e nas leis criadas por políticos militares. Essa existência se deu nos lugares de maior ou menor acesso, seja ele parte da esfera pública (ruas, escolas, universidades, quartéis, prédios políticos) ou da esfera privada (famílias, propriedades corporativas, propriedades residenciais). Então a crença cristã católica foi usada para dominar a alma do brasileiro não somente na monarquia imperial ou do período regencial como tratamos, mas também na república. Dito isso podemos concluir que houve influência da laicidade brasileira na formação do regime ditatorial brasileiro, isso porque houve o mantimento do princípio de separação entre Estado e igreja ao mesmo tempo em que existiam inúmeros elementos próprios do catolicismo nos ambientes particulares e na corporificação do Estado para sua oficialização como unidade de poder.

2.4 Nacionalismo

O surgimento da união social de um povo é o que leva a caracterização específica de uma determinada nacionalidade, estando essas marcas presentes na cultura, linguagem e história do país. Então a expressão nacionalismo brasileiro leva em questão exemplos desses fatores que foram definindo os interesses e a identidade da nação, definições que trazem consigo implicações favoráveis e desfavoráveis ao desenvolvimento das populações. A mesma ideia que pode gerar proximidade entre indivíduos e consequentemente transformação de uma sociedade por meio da coesão social, pode também acabar sendo usada para potencializar rivalidade entre países e acabar criando um sentimento de xenofobia. Considerando como cultura a noção que se passa pela transmissão de conhecimento sobre a arquitetura de cidades ou a construção de um idioma, esses elementos corroboram o sentimento de pertencimento a um grupo ao saber interpretar o contexto de uma fala, por exemplo.

Inicialmente é de se destacar um período histórico em que acontecia uma transição no modo de povoamento da América portuguesa, em que a população começa a se

aglomerar em centros urbanos e não mais se divide em áreas rurais. Esse processo é entendido por Sérgio Buarque de Holanda como uma jogada do Estado português sobre os homens que saíam da metrópole para explorar a colônia, para que esses estivessem mais subordinados e regidos pelas leis da monarquia. Dessa forma criam-se cidades, instituições de poder político, enquanto alterava-se a arquitetura do espaço povoado. Percebe-se essa mudança na substituição das particularidades irregulares do solo rural para as linhas retas do solo urbano.

Esses centros foram construídos de forma planejada, de maneira que as ruas nasciam de uma praça central. Então faziam quatro ruas nas direções da rosa dos ventos, para que pudessem fazer edifícios coloniais. Esse planejamento foi elaborado principalmente pelos jesuítas. E não somente o desenvolvimento estrutural dos centros urbanos mas também o cultural contou com a alteração dos colonizadores sobre o idioma que foi criado do contato entre etnias diferentes. Isso ocorreu quando os jesuítas ainda exploravam as costas litorâneas se depararam com uma única tribo, a qual teve sua língua aprendida e alterada.

Outro princípio associado a identidade brasileira é a noção de pessoalidade, aquilo que remete ao pessoal ou privado. Algumas evidências podem ser encontradas na forma como a sociedade e um grupo de intelectuais do século XIX imaginava a administração e o funcionamento do estado, em que esses processos passaram por famílias de domínio patriarcal. Fazendo uma breve comparação, o ambiente familiar da modernidade não era mais como nas corporações de ofício da idade média quando os mestres trabalhavam nos mesmo ambientes, tinham as mesmas privações e confortos dos seus alunos. No tempo do operário de fábrica passava a existir uma extensa hierarquia empresarial, começando por superintendentes, diretores, presidentes, membros de um conselho executivo, até chegar ao proprietário ou acionista majoritário. É essa ordem que seria passada do ambiente privado ao público, levando famílias com grande poder material ocupar cargos institucionais de nomes diferentes mas funções similares no governo da máquina pública.

Existem elementos identitários sobre o brasileiro ditos por nós e também impressões notadas pelos estrangeiros, como acontece na noção do “homem cordial” tratado por HOLANDA (2016). A concepção que os não anfitriões do Brasil têm sobre os habitantes dessa terra é de pessoas com senso de hospitalidade e generosidade, quando na verdade o historiador descreve em seu livro *Raízes do Brasil* um povo preso à emotividade e longe de ser racional. A cordialidade para Sérgio é além de um sentimento, é o estado de uma sociedade onde os indivíduos voltam seus olhares mais ao outro e menos a si próprio. Por isso ocorre uma libertação do medo que se sente em viver consigo mesmo e voltar-se primeiramente para os próprios interesses.

Foi a esse tipo humano que se dirigiu Nietzsche, quando disse: “vosso mau amor de nós mesmo vos faz do isolamento um cativeiro”.

2.5 Conservadorismo e moralismo religioso: o encontro de duas forças

O modelo conservador brasileiro teve a sua base inspirada no modelo estadunidense e britânico, em que a essência dessa visão política fora baseada nas ideias do filósofo e membro do parlamento inglês Edmund Burke. Ainda que existam apoiadores que

entendem primeiramente o conservadorismo como doutrina explicativa, esse pensador não acredita ser preciso ao equivaler-lo somente a essa classificação mas também podendo ser uma ideologia, isso porque ela pode ser entendida como uma ideia não somente que traz representações sobre a realidade mas também que a transforma. As tipificações deste termo apontam para um sentido prático e teórico, os quais podem ser exemplificados quando presente em discursos e ações presentes na política institucional e sociedade. Então ele pode ser considerado uma tradição filosófica ou também parte de um programa político. A partir do instante em que essa ideologia além de estar presente em uma estrutura comunicativa passa a atuar nas estruturas legislativas e executivas do estado para proteger valores culturais e morais adotados em alguns regimes o conservadorismo passa a ser um agente político. Esse mecanismo de defesa que por quase duas décadas esteve no Autoritarismo militar brasileiro tornando inquestionável a reafirmação do deus católico e da família.

Partindo do ponto de que existe um mecanismo fazendo o papel de escudo, que blinda o valor a divisão sexual do trabalho, a família tradicional e os bons hábitos, a pergunta a ser feita é de que se protege eles? Qual grupo intelectual, político ou de outra natureza poderia representar uma ameaça à moralidade cristã católica? Seria um equívoco afirmar que houve um agrupamento ou ideia única responsável por criticar e apontar incoerências de tal doutrina religiosa. O que pode ser constatado por citações, interpretações de livros, depoimentos em congresso, comícios, pesquisas acadêmicas e outras fontes são sociólogos e filósofos que ganharam apoiadores ao desenvolver doutrinas e conceitos que não só compreendiam as tradições de fé como uma barreira ao desenvolvimento das sociedades e da condição de vida do indivíduo, mas também da evolução de uma humanidade independente do fenômeno religioso. Contextualizando em espaço e tempo essas ideias surgem no período da modernidade do século XIX e XX, em processos como a secularização e a criação de teorias sobre o funcionamento de sociedades e instituições.

O termo secularização é usado para dar nome ao processo de rompimento do homem com o patrimônio e as tradições míticas, permitindo ao homem a possibilidade de significar por conta própria os hábitos e comportamentos de sua vida. A idealização de casamento ou família passam a ser pensadas de uma nova maneira, a que a projete de um jeito distinto ao padrão religioso, assim a união entre duas pessoas de mesmo sexo pode ser considerada um casamento. Um grupo de pessoas unidas mesmo de modo não nuclear (dois pais e filhos) passa a ser chamado de família. Esse termo acadêmico veio a surgir do trabalho de sociólogos que interpretavam estudos de Durkheim, quando ele buscava ligações entre a modernidade ocidental e o declínio das religiões tradicionais. Essas interpretações de secularidade foram redigidas por autores como Luckmann (1970) Berger (1990) e nomes do século XXI Casanova (2011), sendo o último defensor da teoria da diferenciação das esferas seculares, mencionando a econômica, científica e outras. Isso significa que o fenômeno da secularização acontecia diferente em cada um desses âmbitos, dependendo da relação entre igreja e estado.

Existem oratórias que não concedem ao fato religioso uma impressão da qual o mesmo esteja a favor, narrativas essas que incluíram o fator transcendental como parte de uma explicação sobre o funcionamento da humanidade. O marxismo baseava-se principalmente na filosofia de Hegel para caracterizar não só o cristianismo mas todo o fenômeno religioso como fonte de um idealismo improvável e de alienação, podendo ser feita a equivalência das doutrinas transcendentais com o uso de narcóticos. Se uma droga

pode ser usada em um enfermo para anestesiar o sentimento de dor, uma tradição ajudará alguém a tirar o peso de uma realidade pesada e difícil de se acreditar. Por isso até Marx a define como o “ópio do povo”, ou “o suspiro de uma criatura oprimida”. Essa definição foi dada objetivando introduzir a prática de pessoas que refugiam-se em ideologias não verificáveis mas otimistas, para que se minimizem os problemas individuais ou os que envolvem diferentes partes da sociedade. Entre esses problemas estão a exploração do proletariado, estratificação social e luta de classes. Assim conclui-se que o conservadorismo existe para proteger o catolicismo e outras maneiras de fé dessas ideias que o invalidam e por isso provocaria sua neutralização levando ao que Marx denominou de ateísmo materialista.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se definir que o objetivo deste artigo em pesquisar regimes políticos que apresentaram marcas da laicidade brasileira em suas estruturas, levou a se constatar por meio da análise de fontes a presença do modelo laico representativo no governo ditatorial militar entre as décadas de sessenta e oitenta, em que não houve apoio direto ou declaração de uma religião oficial do Estado ao mesmo tempo em que era notado diversos discursos e determinações compatíveis com a moralidade católica. Isso significa que o princípio escrito na carta constituinte de não associação do poder político a igreja, o que liberdade de crença e consciência do indivíduo para cultuar outras tradições de fé não foi violado, porém aqueles que seguiam os hábitos instruídos por outras religiões ou mesmo não seguiam nenhuma não deixaram de ser censurados, punidos e prejudicados. A conclusão desse cenário foi possível não somente pela análise mas também pelo cruzamento de características dos objetos dessa hipótese, para que se pudesse criar uma lógica de como o funcionamento de um interferiu no outro. O mesmo pode ser observado na relação apontada entre conservadorismo e moral católica, quando chega-se a metáfora de um escudo a um mecanismo de invenção política, criando a expectativa de que ele evitasse um crescimento de apoio sobre ideologias que consideravam o fenômeno religioso de maneira geral como caminho para a alienação e ao idealismo.

Ademais a formulação do problema desse artigo foi possível por usar como base ligações previstas por autores de outros artigos sobre alguns termos que delimitam o tema, como na obra de Rodrigues (2013) a relação entre a religião dos colonizadores e a forma de estado laico no Brasil. Assim como aquela que é trabalhada pela historiadora Allana Leticia dos Santos no seu artigo, Santos (2024), oportunidade em que ela investiga sobre manifestações do conservadorismo nas ditaduras portuguesa de Salazar e militar no Território brasileiro. Então definindo catolicismo, laicidade brasileira, ditadura militar e conservadorismo como pontos da discussão, e considerando que existem entre eles ligações, torna-se possível criar uma figura que simboliza a delimitação sobre o que está dentro e fora da proposta dessa obra. O interior do quadrado que se forma a partir desse exercício pode ser reconhecido pela ideia de autoritarismo católico.

Chegando então a dinâmica de funcionamento dessa teoria sobre um autoritarismo cristão tem-se que admitir a existência de limitações, seja porque podem ter pontos a serem falados passados despercebidos pela discussão ou por não se encontrar uma forma de mencioná-los e relacioná-los com o texto. São usados inúmeras perspectivas de outras ferramentas das ciências humanas além da história ou da ciência da religião, como

por exemplo o livro do professor de ciências sociais da UFJF Gilberto Felisberto Vasconcellos que relaciona a propaganda fascista brasileira criada pela Ação integralista brasileira (AIB) com o folclore brasileiro curupira, Vasconcellos (1979). Nessa obra ele compara o discurso criado pelo grupo político que consolidou os princípios encontrados na ditadura militar brasileira, afirmando criar um nacionalismo que andasse para frente mas tinha os pés ideológicos voltados para o regresso. Abordagens como essa nos indicam que o debate sobre regimes políticos antidemocráticos não tem uma única natureza além de poder ser exercidos por grupos conservadores, liberais ou até mesmo os intitulados como progressistas, fazendo com que se estenda por um bom período futuro.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter L. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. Tradução de José Carlos Brandi Aleixo. São Paulo: Paulinas, 1990.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 231-269, 2005.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução em França**. Tradução de Renato de Assumpção Faria, Denis Fontes de Souza Pinto e Carmen Lidia R. de Souza Pinto. Brasília, DF: Editora UnB, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASANOVA, José. **Religiões públicas no mundo moderno**. Tradução de Roberto Raposo. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 70. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2016.

LUCKMANN, Thomas. **A religião invisível: o problema da religião na sociedade moderna**. Tradução de Gentil Avelino Tilton. Petrópolis: Vozes, 1970.

MARCOCCI, Giuseppe. **Consciência e império: política e teologia moral no mundo português moderno**. Revista de História, São Paulo, n. 178, a04318, p. 1-32, 2019.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel: introdução**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RODRIGUES, Elisa. **A formação do Estado secular brasileiro: notas sobre a relação entre religião, laicidade e esfera pública**. Horizonte, Belo Horizonte, v. 11, n. 29, p. 149-174, jan./mar. 2013.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Bahia: Editora Guanabara Weissman Koogan, 1894.

SANTOS, Allana Leticia dos. **Conservadorismo nas ditaduras: história global para Brasil e Portugal (1964-1975)**. História Social, Campinas, v. 19, n. 27/28, p. 580-614, 2024.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **A ideologia curupira: análise do discurso integralista**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VELOSO, Caetano. **Alegria, alegria**. In: VELOSO, Caetano. Caetano Veloso. Rio de Janeiro: Philips, 1968. 1 disco sonoro (38 min), 33 1/3 rpm, estéreo. Faixa 1.

VICENTE, Gil. **Auto da Lusitânia**. Lisboa: [s. n.], 1532.

